



**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Uma visão
sobre os Conselhos Escolares**

**Belo Horizonte
2011**

ROSANE FERREIRA DOS SANTOS

**GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Uma visão
sobre os Conselhos Escolares**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.
Orientadora: Prof^ª. Priscila Rezende Moreira

**Belo Horizonte
2011**

ROSANE FERREIRA DOS SANTOS

GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Uma visão sobre os Conselhos Escolares. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Priscila Rezende Moreira
Prof^a (orientadora) – UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 25 de janeiro de 2011

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a importância da gestão democrática na educação infantil, com base na atuação dos conselhos escolares. Para tanto, teve-se como base o estudo teórico de dados do Ministério da Educação e de fontes diversas a fim de caracterizar a educação infantil bem como os conselhos escolares na gestão escolar, perpassando pela diversidade de ideias e de componentes que podem adentrar no espaço escolar. Todo este percurso se faz pela necessidade de explorar a importância de uma educação democrática e que se faz pela construção e participação ativa dos membros da comunidade escolar. Portanto, pode-se perceber que os Conselhos Escolares tornaram-se elementos que visam a dinamizar a figura da gestão escolar e do gestor, que deve agir na constituição de uma escola que promova o bem comum e a formação de um aluno que se perfaça pela ética, cidadania, entre outros. Assim, procurando perceber a formatação deste novo contexto escolar, o da democracia participativa, que o foco de análise fora o estudo dos conselhos escolares na educação, por atingir a primeira introdução da criança no contexto escolar. Com isso, pode-se perceber a necessidade de formação de um perfil indutor da cidadania, que abarque o dinamismo e o afeto na arte de educar.

Palavras-Chave: Conselhos Escolares, Projeto Político-Pedagógico, Educação Infantil

SUMÁRIO

1	Introdução	05
2	Desenvolvimento.....	07
3	Considerações Finais.....	11
4	Referências Bibliográficas	12
5	Anexo.....	13

1- INTRODUÇÃO

A construção de uma educação de qualidade esta revestida de inúmeras nuances, como a formação docente, investimento e valorização do magistério, apoio ao desenvolvimento de políticas públicas. Contudo, percebemos a necessidade de haver a implementação de programas e ações dentro do seio escolar, que valorizem a diversidade e a ações próprias da escola e da comunidade. A construção de processos democráticos leva a possibilidade de transformação do seio escolar, passando a se configurar como elemento integrador da escola. Percebo que, na atualidade, a sociedade brasileira passa por profundas formas de desigualdades, presentes na educação, no que se refere ao acesso a cultura e nos serviços públicos, o que gera a necessidade real e constante de implementar ações para o desenvolvimento social. Neste sentido, a educação passa a contribuir de forma constante para a plena modificação social, não apenas pelo trabalho com o conhecimento, mas pelo seu processo educacional que compreende a formação humana, ou seja levar o individuo a construir novas possibilidades e formatar um novo modelo que mescle ação e desenvolvimento, compartilhando o progresso, construindo a cidadania. Assim, permitindo a estruturação de uma escola pública de qualidade social, democrática e plural, em que comunidade e escola idealizam e constroem um ponto em comum.

Assim, o Projeto Político Pedagógico (PPP), enquanto instrumento presente na escola, permite valorizar os membros do corpo escolar, como forma de intermediar sentidos para uma nova ação em comunidade. O PPP assume posturas cada vez mais eloqüentes frente ao dinamismo educativo. Ele deve ser encarado como um instrumento de apoio a prática docente e de gestão da escola, principalmente, por levar subsídios sobre a gestão democrática nas instituições de ensino.

Com base na necessidade de implementar cada vez mais posições diferenciadas frente a constituição de uma escola inovadora e participativa é que se vê a importância de construir um estudo sobre o conselho escolar nas instituições de educação infantil. Assim, os Conselhos Escolares, visto como órgão de apoio a administração da escola, é um forma colegiada de participação da comunidade tendo em vista a representação dos segmentos escolares.

Para subsidiar este trabalho fora necessário o estudo teórico sobre ações políticas e colegiadas, tendo como base legislações, estudo dirigido de autores diversos,

bem como os textos disponibilizados durante o curso de gestão escolar. A temática fora escolhida a partir da percepção de que, no Projeto Político-Pedagógico da escola, há a necessidade de dinamizar a constituição e as atribuições dos Conselhos Escolares, também chamados de Colegiados.

Tornam-se então, objetivos deste trabalho, conhecer a estrutura e a função dos conselhos escolares, sua forma de implementação e como espaço de aprendizagem e formação humana, tendo como público alvo, as instituições de educação infantil.

2 – DESENVOLVIMENTO

O “Conselho Escolar” ou “Conselho de Escola” é o órgão representativo da escola e é composto pelos mais variados segmentos, entre eles, pais, alunos, professores, funcionários da instituição de ensino e visam apoiar a administração da escola na tomada de decisões, conforme estabelece o MEC/SEB (2006, p.32).

Assim, o Conselho Escolar deve ser visto como órgão máximo dentro da escola por exercer as mais variadas contribuições, sejam elas no âmbito: pedagógico, administrativos, financeiro e jurídico, a fim de possibilitar uma educação de qualidade no contexto da escola, sendo este um espaço decisório, de cultura participativa.

Os Conselhos Escolares foram instituídos a fim de atender ao dispositivo enquadrado no inciso VIII do artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases que explicita “a gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”, ou seja, promove a discussão de permear a educação frente aos seus inúmeros desafios, como um mecanismo de promoção da democracia e ainda um dispositivo para o desenvolvimento cidadão.

Portanto, a democracia passa a ser parte integrante do contexto escolar, conforme se pode perceber em:

(...)os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público” (LDB – 9394/96 – Art. 17)

Com isso, a gestão escolar passa a ter efeito não apenas como passo presente no corpo da escola, como também a necessidade de ações colegiadas que visam a conduzir a distribuição de recursos e ainda autonomia na gestão da escola, criando independência para resolver os seus problemas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação torna-se mais precisa ainda quando expõe em seu art. 14, que

(...)os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”.

No Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/2001, um dos objetivos para o desenvolvimento da educação, expresso em seu texto, fora a instrumentalização do

ensino público para o desenvolvimento da democracia nas instituições escolas, com isso percebe-se a necessidade atual de implementar questões significativas frente a contextualização da escola, em um processo de soberania.

Segundo MEC/SEB (2006, p. 37)

Os conselhos escolares contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar, no qual a escola e a comunidade se identificam no enfrentamento não só dos desafios escolares imediatos, mas dos graves problemas sociais vividos na realidade brasileira.

Os Conselhos escolares tornam-se, então, representantes da comunidade e agem diretamente na constituição de elementos característicos como o perfil da escola, a sua missão e seu público alvo.

Dessa maneira, tornam-se essenciais o desenvolvimento de ações para constituição do colegiado de forma diversa, de forma a abranger representações variadas da escola. Segundo o MEC/SEB (2006, p. 42) “devem fazer parte dos Conselhos Escolares: a direção da escola e a representação dos estudantes, dos pais ou responsáveis pelos estudantes, dos professores, dos trabalhadores em educação não-docentes e da comunidade local”.

Esta diversidade de segmentos permite ao colegiado ouvir e debater os problemas levados por cada membro e assim visualizar possíveis maneiras de melhorar e implementar ações para que as condições desenvolvimentistas da escola possam ser concretizadas a partir do levantamento das realidades apresentadas, contando com forte envolvimento popular, o que se pode refletir que os mesmos envolveram-se na constituição do contexto escolar.

Se analisarmos a Educação infantil, podemos perceber que todo este contexto é ainda mais necessário, pois a mesma reflete a formação e leva a perceber a construção da identidade, que “diz respeito ao conhecimento, desenvolvimento e uso dos recursos pessoais para fazer frente às diferentes situações da vida”. (MEC, 1998).

É nesta etapa de formação que podemos constituir a necessidade de despertar na criança um perfil questionador e despertar suas habilidades como um processo abrangente que permite a constituição da autonomia.

Desta maneira, as instituições de Educação Infantil devem considerar essencial para aprimorar as capacidades do aluno, com a valorização da pessoa humana, considerando-a como ser em formação e com características essenciais, conforme nos afirma o MEC (2006, v.3, p. 15):

A singularidade de cada pessoa é facilmente percebida se olharmos a fisionomia das pessoas. Os sorrisos, os olhares, as expressões nas fisionomias das pessoas são muito diferentes. A fisionomia de uma criança, de um adolescente, de um homem ou de uma mulher é um rosto e nenhum rosto é igual ao outro. Não somos diferentes apenas nas expressões faciais, no jeito de falar e de ser, mas até nossos rostos e corpos são muito diferentes uns dos outros. O comportamento das pessoas não é predeterminado inatamente. As pessoas, quando agem no seu dia-a-dia, não se repetem. São originais, diferentes. Por isso se diz que as pessoas são educadas e os animais são treinados, adestrados ou domesticados.

Com isso, pode-se perceber a necessidade da educação infantil já se permear para um trabalho voltado para a compreensão do homem, no tempo e espaço, no qual o professor deve estar intimamente relacionado a heterogeneidade do ser humano, o que em uma gestão democrática pode-se perceber com a formatação de diferentes grupos, com vivências diferentes que podem contribuir positivamente para os avanços da escola.

Desta maneira, podemos perceber que, a Educação Infantil, pode fornecer subsídios reais para a participação da família na escola, bem como o acompanhamento do aluno através de um plano de trabalho desenvolvido com base no dialogo, na representatividade da escola frente aos diversos segmentos, com relações sociais que, conforme Correa (2006, 08):

Sendo assim, entende-se que a forma como se dão as relações no interior da escola é de suma importância, já que tais relações representam verdadeiros modelos para as crianças. Do mesmo modo, a forma como a escola se relaciona com as famílias é percebida pelas crianças como um referencial. Se o que se almeja, pois, como objetivo mais amplo da educação, é a formação de sujeitos livres que se respeitem e saibam respeitar seu próximo, que sejam solidários e não individualistas, que, em suma, tornem-se democratas, e se aceite que essa aprendizagem comece desde muito cedo, parece-nos que a única forma possível para alcançar tais objetivos seja por meio de experiências de relacionamento baseadas em princípios democráticos. Se assim é, a gestão democrática na educação infantil não se justifica apenas como princípio geral, mas, antes, como uma prática diretamente relacionada àquilo que poderíamos entender como um de seus principais “conteúdos”.

A LDB (Brasil, 1996) afirma ser a educação infantil uma modalidade que deve ser entendida como base do trabalho e do desenvolvimento da criança e deve agir de forma conjunta entre entidade estatal, no caso a escola e a família, o que consiste em aplicar e fazer promover uma educação de qualidade e democrática.

Assim, a partir do delineamento do Projeto Político-Pedagógico, desde a sua construção, pode-se perceber nas Escolas de Educação Infantil a necessidade de uma ação da família frente ao processo de ensino-aprendizagem, o que concerne a participação no Conselho Escolar, que deve além de auxiliar no desempenho da escola,

aprimorar habilidades e as atividades do educandário, criando condições para o despertar para o pluralismo e para a diversidade.

Neste sentido, o MEC (2006, v. 2, p. 24) expõe que:

É preciso romper com a lógica massificadora da escola, que tem historicamente desconsiderado a diversidade de opiniões, posturas, aspirações e demandas, dos atores sociais que agem no seu interior. É preciso respeitar e criar condições para o desenvolvimento das potencialidades e para o atendimento das necessidades específicas dos estudantes. Assim, o respeito ao pluralismo torna-se garantia de um ambiente efetivamente democrático na escola.

Desta maneira, a efetivação de uma educação de qualidade na educação infantil, deve estar atrelada a uma atuação precisa dos Conselhos Escolares.

No Pré Escolar Municipal Edna Costa, localizada no município de Almenara – MG, que atende crianças de 4 e 5 anos, pode-se perceber o empenho do Conselho no sentido de romper com esta lógica de que a educação está atrelada apenas a quem está dentro da escola e que cabe ao diretor tomar decisões para o pleno enfrentamento dos problemas da escola.

Contudo, tal abordagem ainda é uma proposta nova na idealização do município, e que se faz como uma instrumentalização ainda deficitária, mas que galga para uma construção efetiva, na qual a comunidade escolar se ponha como instrumento garantidor da democracia e da cidadania.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento desta ação pode-se perceber que os conselhos escolares são instrumentos consultivos e deliberativos da escola, com possibilidades para o desenvolvimento da democracia, o que contudo, não é uma tarefa fácil dentro da escola, conforme pode ser visto como o modelo do Pré Escolar Municipal Edna Costa em Almenara – MG.

Podemos verificar que os Conselhos exercem um papel definidor de estratégias educativas, no campo pedagógico e ainda na dimensão financeira, jurídica e administrativa e que tem poder de levar soluções para o contexto escolar, principalmente por ser um órgão colegiado.

Na educação este parâmetro de uma ação coletiva torna-se ainda maior e que interfere na compreensão do contexto escolar e de uma educação de qualidade, observando-se que ainda temos muito a avançar na constituição de uma educação que se apreenda como crítica, criativa e participativa na medida em que a efetivação de políticas públicas de qualidade exigem a participação da sociedade na tomada de decisões.

Nesse sentido, compreende-se que a gestão escolar, principalmente na educação infantil, não pode se basear em outros princípios que não os da democracia, expressos, sobretudo, pela ampla participação na vida da escola, especialmente por parte daqueles que são os maiores interessados no processo, ou seja, as famílias das crianças que frequentam as instituições públicas de educação infantil da cidade de Almenara - MG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394 de 20/12/1996.

_____. Ministério da Educação. **Conselhos Escolares**: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília: MEC, SEB, 2006, v.1. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares).

_____. **Conselho Escolar e a Aprendizagem na Escola**. Brasília: MEC, SEB, 2006, v.2. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares).

_____. **Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade**. Brasília: MEC, SEB, 2006, v.3. (Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares).

_____. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CORREA, Bianca Cristina. **A gestão democrática como referencial de qualidade na educação infantil para crianças de zero a seis anos**.

Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT07-2163--Int.pdf>
Acesso em 18 de dezembro de 2010.

HASCKEL, Selita. **Gestão democrática na educação Infantil: a eleição para diretor de creche**. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PEED0517.pdf>

Acesso em 18 de dezembro de 2010.

4- ANEXO



escola de gestores
da educação básica

PRÉ – ESCOLAR MUNICIPAL EDNA COSTA

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

CLAUDIA GÓES DE ALMEIDA FERRAZ

NICÁCIO ALMEIDA XAVIER

ROSANE FERREIRA DOS SANTOS DIAS

Belo Horizonte, 2010



PRÉ – ESCOLAR MUNICIPAL EDNA COSTA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Trabalho apresentado à Disciplina Projeto Vivencial do curso Formação de Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, sob orientação da Professora Assistente Zeneide Gonçalves da Rocha Gil.

Belo Horizonte, 2010

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	04
2	FINALIDADE DA ESCOLA	07
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	09
3.1	Estrutura Organizacional Administrativa	09
3.2	Estrutura Organizacional Pedagógica	11
4	CURRÍCULO	13
4.1	Organização e Composição Curricular na educação Infantil	14
5	TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	15
6	PROCESSO DE DECISÃO	17
6.1	Conselho Escolar	18
6.2	APM – Associação de Pais e Mestres	18
7	RELAÇÕES DE TRABALHO	19
8	AVALIAÇÃO	23
9	CONCLUSÃO	27
10	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	28

1. INTRODUÇÃO

O projeto político-pedagógico vê a escola como um todo em sua perspectiva estratégica, não apenas em sua dimensão pedagógica. É uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a definir suas prioridades estratégicas, a converter as prioridades em metas educacionais e outras metas concretas, a decidir o que fazer para alcançar as metas de aprendizagem, a medir se os resultados foram atingidos e avaliar o próprio desempenho.

Parafraseando Veiga (2003), é muito importante que o Projeto Político Pedagógico seja fruto de muita reflexão, investigação e trabalho coletivo. A tarefa pedagógica que o projeto explicita, deve ter como meta a preparação e a capacitação política dos cidadãos visando uma sociedade mais justa e humana que recrie seres humanos críticos e criativos, capazes de preparar as condições que tornarão possíveis novas estruturas sociais pautadas na fraternidade, solidariedade social e na verdadeira cidadania para todos. Para isso é necessário compreender como ocorre no interior da escola e das salas de aula as relações pedagógicas, como é concebido, executado e avaliado o currículo escolar, quais atitudes, valores e crenças que são perseguidos, quais as formas de organização do trabalho pedagógico.

Segundo Veiga (2003) a construção do projeto político – pedagógico, na perspectiva da inovação emancipatória, tanto na forma de organizar o processo de trabalho pedagógico, como na gestão que é exercida pelos interessados, implica o repensar da estrutura de poder. Neste sentido, por um lado, o projeto é um meio que permite potencializar o trabalho colaborativo e o compromisso com objetivos comuns e, por outro, sua concretização exige rupturas com a atual organização do trabalho e o funcionamento das instituições educativas. Este processo de construção, perpassado necessariamente pela gestão democrática, implica compreensão dos conceitos de poder, alteridade, autonomia e de diálogo.

Por exigir rupturas com a atual organização do trabalho é que sentiu-se a necessidade de reconstruir o Projeto Político – Pedagógico (PPP) do Pré – Escolar Municipal Edna Costa, que é uma instituição situada na Avenida. Carlyle Guimarães Cardoso, nº 130, bairro Teresa Cristina, em Almenara- MG, CEP:39900-000.

O nome Edna Costa foi dado a esta instituição, em homenagem a uma criança que faleceu prematuramente, antes de completar 07 anos, filha do Dr Carmosino Ferreira Costa e

Elza Botelho Costa membros exemplares da sociedade almenarense, que gostavam muito de ajudar os menos favorecidos, na época.

Quando iniciou em 1974 funcionava apenas como creche e a partir de 1987, através da lei 882/87 está integrada à rede Municipal de Educação como Pré-Escolar. Desde a sua fundação o Pré – Escola Municipal Edna Costa funciona no mesmo prédio. Há alguns anos atrás o prédio passou por algumas reformas como, a construção de algumas salas e um refeitório. Têm uma estrutura física boa, com algumas salas amplas, arejadas, um pátio grande com uma parte pavimentada e outra com areia. Atualmente atende 251 alunos divididos entre a classe social baixa e média. Toda a equipe da instituição relaciona muito bem com os educandos e as famílias dos mesmos que encontram bimestralmente através de reuniões.

A instituição tem o propósito de contribuir com a formação integral das crianças de 03 a 05 anos (ensino infantil), por meio de um Projeto educacional pautado nos princípios da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9394/96, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei n 869/90, nos despachos dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) entre outras bibliografias.

Na equipe possui: 01 coordenadora, 01 secretária, 05 ajudantes de serviços gerais, 01 monitora, 01 vigia, 09 professores, 90% da equipe de professores possui curso superior e dos 90%, 40% são pós-graduados. Seu corpo discente possui 251 alunos divididos nos turnos matutino e vespertino.

O Projeto Político Pedagógico traduz os princípios e diretrizes de decisões pedagógicas aprovadas e assumidas pela instituição de ensino.

Na sua re-elaboração foi convocada para assembléia geral (pais, professores, especialistas, enfim toda equipe da instituição), que se reuniram para analisar, refletir e discutir sobre a legislação educacional e bibliografias direcionadas ao ensino infantil. Foram estudadas, dentre as bibliografias principais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, lei nº 9394/96), Referencial Curricular Nacional para o Ensino Infantil (RCNEI) e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e os textos do curso em Gestão Escolar, oferecido pela Universidade Federal de Minas Gerais, turma 2010/2011; disponíveis na plataforma moodle do curso.

Na reconstrução do Projeto Político-Pedagógico nos deparamos, portanto com a necessidade de respondermos as seguintes perguntas: Que escola queremos? Que cidadão e

que sociedade queremos formar? O que a escola vai trabalhar? Como será seu trabalho pedagógico? Como lidaremos com a diversidade?

Tais perguntas nos fazem assumir uma clara direção dos sujeitos que queremos formar, a partir de uma clara proposta pedagógica, e também nos fazem tomar posição sobre como queremos que seja nossa escola, quais conhecimentos e qual cultura ela vai valorizar no seu trabalho educativo, como ela vai trabalhar com o saber de experiência construído pelos educandos e educadores, que relação ela vai estabelecer com a comunidade onde se insere, como os diferentes atores sociais vão participar da construção e organização do trabalho.

Sendo assim, o Pré – Escolar Municipal Edna Costa apresenta seu Projeto Político – Pedagógico reelaborado, revelando o seu compromisso de contribuir para a formação de cidadãos críticos, criativos, competentes e comprometidos com as transformações sociais impostas pelo mundo pós – moderno.

2. FINALIDADES DA ESCOLA

Toda escola deve ter definida, para si mesma e para sua comunidade escolar, uma identidade e um conjunto orientador de princípios e de normas que iluminem a ação pedagógica cotidiana.

Delors (1999) diz que, a educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez, mais saberes. É diante disso que o Pré-Escolar Municipal Edna Costa se organizará em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento:

- Aprender a conhecer; meio, pelo qual se pretende que cada um aprenda a compreender o mundo que rodeia.
- Aprender a fazer; aprender a conhecer e aprender a fazer são, em larga medida, indissociáveis, a segunda aprendizagem está ligada à questão de como ensinar o aluno a por em prática os seus conhecimentos e, também, como adaptar a educação ao trabalho.
- Aprender a viver juntos; aprender a viver com os outros; sem dúvida, esta aprendizagem apresenta hoje em dia, um dos maiores desafios da educação. O mundo atual é, muitas vezes, um mundo de violência que se opõe a esperança posta por alguns no progresso da humanidade, assim, a educação tem por missão, por um lado transmitir conhecimentos sobre a diversidade da espécie humana e, por outro, levar as pessoas a tomar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos do planeta.
- Aprender a ser; é um princípio fundamental, pois a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa, corpo e espírito, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade.

O ensino ministrado pelo Pré-Escolar Municipal Edna Costa estará em, conformidade com a LDB, pautado nos princípios de liberdade, dignidade, respeito e solidariedade humana, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, sua preparação para o exercício consciente de cidadania. Trabalhando a valorização do SER.

A escola direcionará, ainda, suas ações pedagógicas pautadas no compromisso com os anseios de sua comunidade escolar, o compromisso com a realidade, o compromisso com o

futuro e o princípio do ensino centrado no aluno – EDUCAR, BRINCAR E CUIDAR - envolvendo seus principais elementos: Equipe escolar, aluno e comunidade.

Para concretizar sua filosofia de trabalho, a Escola assume a opção por uma metodologia de ensino lógico – dedutivo, dentro de uma perspectiva construtivista, de forma que leve o aluno a adquirir os conhecimentos, saiba relacioná-los e esteja, assim, preparado para enfrentar novos desafios.

3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional se subdivide em estrutura organizacional administrativa e pedagógica, determina as ações administrativas e acompanha as ações pedagógicas com questões voltadas para o ensino – aprendizagem.

A LDB esclarece o conceito de escola e explicita que está nas mãos de todos os indivíduos que fazem parte da escola definir a organização do seu trabalho pedagógico. Obviamente, uma atribuição dessa natureza é de grande responsabilidade, porque implica a definição dos caminhos que a escola vai tomar e, conseqüentemente, a construção de sua autonomia.

Assim o Pré-Escolar Municipal Edna Costa não reelaborou seu projeto apenas para tê-lo como exigência legal, mas sim a partir de uma maior necessidade de inovar suas ações coletivas de trabalho, pois são os sujeitos da escola que garantem a sua realidade e são todos responsáveis pelos serviços educacionais que a escola presta a comunidade, procurando sempre a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem.

3.1 Estrutura Organizacional Administrativa

Como organização administrativa entende-se a estrutura da escola composta dos órgãos em funcionamento. VEIGA (2000) afirma que é a partir do trabalho coletivo de todos os envolvidos que se dá o Projeto Político-Pedagógico instituinte. Ele é uma aproximação maior entre o que se institui e que se transforma em instituinte. Nessa perspectiva é que mesmo tendo pessoas à frente, que assumem o papel de administrador, as decisões da instituição são tomadas coletivamente, mesmo sabendo que apenas poucos vão realmente tornar efetiva tal decisão, mas antes de torná-la efetiva todos na comunidade escolar dão opiniões e sugestões. Pois, segundo João Ferreira de Oliveira compete ao diretor, dentre outras funções, o papel de articulador e incentivador da participação e de ações colegiadas.

Sendo assim, a organização administrativa do Pré-Escolar Municipal Edna Costa é constituída pela coordenadora juntamente com a secretaria da escola e o colegiado que tem representantes de pais, professores, ajudantes de serviços gerais e membros da comunidade.

A coordenação é o núcleo executivo que organiza, controla e supervisiona todas as atividades desenvolvidas no âmbito da unidade escolar. A relação do conselho escolar com a coordenação do Pré – Escolar Municipal Edna é uma relação pautada no comprometimento, respeito, solidariedade, enfim, numa gestão democrática. Pois o conselho tem grande importância dentro da escola trazendo grandes benefícios, dentre estes: facilitar a integração da escola, aumentando a comunicação interna entre a sua equipe e entre esta é a comunidade externa; trazer opiniões e perspectivas diferentes, que contribuam para resolução de problemas entre outros.

O Pré – Escolar Municipal Edna Costa tem sua área financeira administrada pela prefeitura juntamente com a secretaria Municipal de Educação. Na sua estrutura física tem 06 salas de aula que funciona no turno matutino e vespertino, 01 secretaria, 01 refeitório, 01 banheiro para adulto, 04 banheiros infantis, 01 cozinha, 01 depósito, 01 sala de vídeo e 01 sala de professores. Para auxiliar no trabalho pedagógico a escola possui: 01 televisor, 01 aparelho de DVD, 02 mimeógrafos, 01 computador, 01 máquina de Xerox.

A secretaria da escola organiza toda parte burocrática, administrativa da instituição. Nesta organização a gestão da escola deve, está pautada no conceito em que a gestão é administração, é tomada de decisão, é organização, é direção no processo de aprendizado e luta política, e implica, conforme Cury(2002), em um ou mais interlocutores com os quais se dialoga pela arte de interrogar e pela paciência em buscar respostas que possam auxiliar a educação.

Dentro dos parâmetros legais o Pré Escolar Municipal Edna Costa tem o cuidado de permanentemente, reunir-se com seu corpo docente buscando um maior envolvimento de todos, para que de fato os educandos estejam no centro do processo. A equipe procura sempre oferecer uma educação que faz com que os alunos tenham um crescimento humanístico, crítico e consciente.

Além disso, providências outras são adotadas no que tange à melhoria das atividades: cursos, palestras, encontros e seminários são algumas das ações da instituição que compõe nossa proposta pedagógica ministrados pela Secretaria Municipal de Educação.

3.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

A estrutura organizacional pedagógica está ligada às questões políticas e de ensino aprendizagem, tem como função principal estimular a socialização dos alunos e possibilita as informações necessárias para integração de todos os alunos independente de sexo, cor, religião, enfim, integração de todos no contexto escolar.

Faz parte da equipe pedagógica do Pré – Escolar Municipal Edna Costa: coordenador, professores regentes de turma, eventuais e monitores, supervisor pedagógico e técnicos educacionais. A esta equipe compete analisar, planejar, executar e avalia todo processo educacional.

Nesta instituição todas as atividades são executadas em conformidade com os conteúdos básicos a serem seguidos em cada disciplina e em cada período, com o acompanhamento da área pedagógica, supervisoras e técnicos educacionais da Secretaria Municipal de Educação. Esta equipe auxilia os professores em seus planejamentos e oferecem capacitação com palestras e oficinas pedagógicas.

Dentro da proposta da escola e de acordo com as finalidades, na educação infantil são desenvolvidas áreas de conhecimento, sendo os eixos de trabalho a formação social e pessoal, conhecimento de mundo, identidade e autonomia, movimento, música, artes visuais, natureza e sociedade, linguagem oral e escrita, matemática e recreio dirigido. A educação ambiental e saúde são trabalhadas como prática educativa contínua.

O aluno do Pré-Escolar Municipal Edna Costa é o centro de todo o processo de ensino aprendizagem e é incentivado sempre à descobertas e valorização do ser humano. Nessa concepção ele aprende a conhecer, a fazer, a viver juntos, e com outros aprende a ser, que são os quatro pilares da educação, segundo Delors (1999).

Sendo assim, a ação do professor é de suma importância para uma prática transformadora que contribua para a formação de indivíduos autônomos. Não só os professores, mas pessoas da comunidade são envolvidas no trabalho pedagógico para enriquecê-lo com palestras sobre os mais variados temas como a dengue, trânsito, lixo, higiene e saúde, violência etc., constantemente avalia-se a prática pedagógica, coletivamente, em reuniões, observando sempre os avanços ou dificuldades não só dos alunos, mas, também dos professores, levantando hipóteses, propondo estratégias, enfim buscando soluções. As reuniões acontecem bimestralmente com supervisores e técnicos pedagógicos, nestas reuniões analisa-se o desenvolvimento do aluno, elabora estratégias para os alunos que não alcançaram

os objetivos propostos, planeja as aulas do bimestre, priorizando sempre o cuidar, brincar e educar.

4. CURRÍCULO

Diferentes entendimentos frequentemente parecem denominar o que se entende por currículo: os conteúdos a serem ensinados e aprendidos; as experiências de aprendizagem escolares; os planos pedagógicos; os objetivos a serem alcançados; os conhecimentos que os alunos trazem de casa e até mesmo os conhecimentos repassados inconscientemente pelos professores em sala de aula (currículo oculto), enfim, estão associados a palavra currículo distintas concepções, que, certamente, provém de como a educação é concebida historicamente. Conforme Moreira (2002), é no currículo que se sistematizam os esforços pedagógicos na escola. Ele é algo como o coração da escola.

Numa gestão democrática, é nítido que, os professores juntamente com os demais profissionais da área pedagógica são os responsáveis diretos em relação ao bom desenvolvimento de um currículo que atenda, com qualidade, todos os educandos. Ressalta-se que no ambiente escolar apesar de existirem pessoas que exercem diferentes cargos, quem tem a vivência em sala de aula tem mais agilidade para analisar, argumentar e aplicar de forma coerente as reais necessidades de um currículo. O exercício de planejar, é considerado como um processo complexo que abrange diversos aspectos que vem desde o sistema social até o aluno.

Na realidade, o objetivo de um currículo bem planejado é no sentido de que decida a melhor oferta cultural que o sistema educacional possa apresentar aos alunos priorizando as necessidades existentes. A proposta curricular mista talvez seja a mais apropriada na educação Infantil, pois, estabelece um currículo obrigatório, mas maleável no que se refere aos diferentes contextos e situações.

O ideal é que as experiências vividas na sala de aula, contribuam para a geração de um processo permanente de revisão das programações dos ciclos da Educação Infantil e do projeto curricular. Mediante a apresentação deste projeto curricular voltado para a Educação Infantil serão elaboradas propostas pelos professores, juntamente com os demais profissionais da escola. Recomendando-se que esta programação curricular apresente os seguintes requisitos: Previsão; Operacionalidade; Flexibilidade; Objetividade e finalizando, Realismo.

4.1 Organização e composição Curricular na Educação Infantil

No Pré-Escolar Municipal Edna Costa, a Educação Infantil está organizada em três etapas, sendo estas: Maternal (3 anos), I Período (4 anos) e II Período (5 anos)

Embora o critério básico adotado quanto ao agrupamento dos alunos seja o de homogeneidade de idades, serão atendidas as exigências quanto às diferenças individuais. E isto dentro dos Eixos de Trabalho da Educação Infantil que são:

- Identidade e Autonomia – onde são propostas atividades que possibilite às crianças experimentar e utilizar recursos para expressarem seus desejos, sentimentos e idéias. Dá-se a oportunidade às crianças de ampliarem sua auto-estima, adquirirem hábitos de auto cuidado, respeitar regras básicas de convívio social entre outras;
- Música – possibilita o desenvolvimento da capacidade de ouvir, perceber e discriminar diferentes gêneros, estilos e ritmos, a criança brinca, percebe e expressa sensações, sentimentos e pensamentos em relação ao que a música comunica;
- Movimento – explora gestos, posturas e ritmos para expressar-se e comunicar-se na relação com a brincadeira, e com o jogo;
- Artes Visuais – propicia às crianças a oportunidade de utilizarem instrumentos e materiais diversos para explorarem suas características, propriedades de manuseio, criam desenhos, pintam, colam e modelam;
- Linguagem Oral e Escrita – ocorre de forma integrada e complementar, potencializando os diferentes aspectos que cada uma dessas linguagens exige;
- Natureza e Sociedade – proporciona às crianças a ampliação de suas experiências, favorecendo a construção do conhecimento sobre o mundo natural e social;
- Matemática – Tem o objetivo maior de levar a criança a compreender o mundo em que vive e perceber a utilidade da matemática em seu cotidiano.

Haverá momentos no desenvolvimento das atividades em que o agrupamento vertical permitirá o relacionamento de crianças com idades e desenvolvimento diferentes, possibilitando a interação.

5. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 9394/96, em seu artigo 12, nos diz que

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica; administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas; velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

Ainda em seu artigo 13 diz que

Os docentes incumbir-se-ão de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; zelar pela aprendizagem dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Sendo assim, o calendário escolar será elaborado ao final de cada ano, após processo de avaliação do trabalho anual anterior, observando as determinações e orientações da LDB, Secretaria Municipal de Educação, considerando a avaliação e as sugestões da comunidade escolar. Será elaborado com 200 dias letivos, carga horária anual 800 horas, duração do recreio de 30 minutos. Na programação dos dias e atividades para o ano escolar, deverá contar:

- Início e término do ano letivo;
- Início e término do ano escolar;
- Conselho de classe com periodicidade trimestral
- Reunião com pais;
- Reuniões pedagógicas e administrativas
- Festas (pais, mães, família, criança)
- Atividades culturais
- Datas comemorativas
- Férias, feriados e recessos escolares
- Período de matrículas e renovação de matrículas.

A equipe de professores juntamente com a Supervisão Pedagógica realizará o planejamento mensal, por períodos, realizado com todas as turmas, do maternal ao 2º período.

Serão admitidos no Ensino Infantil alunos de três (03) a cinco (05) anos de idade completos ou a completar até 31 de março de acordo legislação vigente. Os educadores dividem o tempo em que ficam com os educandos (4 horas) entre: orações espontâneas, músicas, atividades mimeografadas, artes, histórias, filmes educativos, brincadeiras, educação física, jogos, projetos entre outros.

O tempo de trabalho dos funcionários é dividido da seguinte maneira: professores: 24h semanais, coordenador: 40h semanais, supervisor: 30h semanais, auxiliar de secretaria: 40h semanais, ajudantes de serviços gerais: 40h semanais, vigia: 40h semanais. Para estes profissionais, são oferecidos cursos de formação continuada pela Secretaria Municipal de Educação, visando assim o aperfeiçoamento da profissão de cada um.

6. PROCESSOS DE DECISÃO

A LDB (Lei nº 9394/96) no seu artigo 14 estabelece que,

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

Partindo deste pressuposto a gestão democrática deve se desenvolver e se realizar por meio da efetiva participação comprometida de todos os envolvidos no processo educacional. Participação (do latim *participationis*) significa fazer parte de, tomar parte em, saber fazer, informar, anunciar. Cunha (1994), a participação tem, portanto, um caráter instrumental. Isto é, porque ao se participar, se exercita um direito de cidadania, se responsabiliza quem o faz, sobre o que faz e o que necessita ser feito; neste *fazer conjunto* aprende-se a colaborar com outras pessoas e se aperfeiçoa na convivência com os demais. A participação, portanto, possui um caráter e um compromisso social arraigado em valores humanos que são públicos, democráticos, solidários e não podem nem devem refletir interesses individuais. Precisa basear numa definição abrangente do conceito de “nós”, num compromisso de construir uma comunidade que é tanto da escola quanto da sociedade onde ela existe.

No Pré-Escolar Municipal Edna Costa a estrutura administrativa é formada pelo coordenador juntamente com o Conselho Escolar. As decisões são tomadas pelo coletivo, representado pelo Conselho Escolar. São feitas reuniões trimestralmente e quando se fizer necessário, reuniões extraordinárias, a qualquer tempo.

Serão feitas reuniões dos professores e seus auxiliares, juntamente com a equipe de supervisão e a coordenação pedagógica, para discussão do processo educativo dos alunos e avaliação de seu desenvolvimento que ocorre de maneira formativa, registrando-se todo o processo em fichas individuais.

6.1 - Conselho Escolar

O Conselho Escolar do Pré Escolar Municipal Edna Costa é formado pelo Coordenador Pedagógico, representante de professores, representante de pais, representante de ajudantes de serviços gerais. E tem como finalidade tratar de assuntos ligados ao

funcionamento administrativo, pedagógico, enfim, decidir todos os assuntos relacionados à escola .

6.2 - APM - Associação de Pais e Mestres

O Pré Escolar Municipal Edna Costa passará a contar com uma Associação de Pais e Mestres, composta por Professores e pais de alunos, com atuação voltada para a melhoria e aperfeiçoamento constante das condições do trabalho educativo e voltado para a realização de trabalhos de assistência e promoção humanos e comunitários, junto à comunidade onde a Escola está instalada.

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

É preciso que todos funcionem como orquestra: afinados em torno de uma partitura e regidos pela batuta de um maestro que aponta como cada um entra para obter um resultado harmônico. Esse maestro é o gestor. E a partitura, o projeto político pedagógico da escola, um arranjo sob medida para os alunos e que é referência para todos.

Vieira (2002, p.88)

O modo como a sociedade moderna vive e como viverá no futuro depende de diversos fatores, e dentre os mais importantes estão as relações de trabalho. Tal sociedade se baseia na produção e consumo de bens e serviços, e destes depende e sobrevive, já que seus membros estão inseridos como personagens do mercado de trabalho.

Desta forma no Pré-Escolar Municipal Edna Costa, o gestor juntamente com a equipe de trabalho procura sempre criar e recriar um ambiente que seja dinâmico, lúdico e acolhedor para que as pessoas que ali freqüentam sintam-se bem acolhidas. Não cabe mais ao Gestor Escolar uma postura autoritária, na qual só ele define, opina e resolve. O Gestor e sua equipe deverá sempre aliar conhecimento, habilidade, dinamismo, democracia e ousadia. Não deve se intimidar em inovar, em arriscar para obter o sucesso educacional. Toda comunidade escolar deverá participar das decisões da escola, é a chamada Gestão Democrático - participativa, onde se houver acerto, todos acertam e se houver erro, todos erram.

O Gestor Escolar passará a ter diversas atribuições: Administrativas, Pedagógicas e Sociais. Na parte administrativa, o Diretor é responsável pelo funcionamento administrativo e pedagógico da escola, portanto, precisa de conhecimento administrativo e pedagógico. Compreender e aplicar as normas administrativas; gerir recursos físicos, materiais didáticos e financeiros e etc. Na Pedagógica, o Diretor deve acompanhar, organizar e coordenar as atividades de planejamento e do projeto pedagógico curricular e etc. Na parte Social o Gestor Escolar deve organizar atividades que assegurem a relação Escola e Comunidade, entre outras.

Ao gestor escolar compete representar a escola na comunidade; responsabilizar-se pelo funcionamento da escola a partir das diretrizes estabelecidas no Plano de Metas da Administração Pública Municipal; coordenar, em consonância com a Secretaria de Educação, a elaboração, a execução e a avaliação da proposta político-pedagógica da Escola; assegurando o cumprimento do currículo e do calendário escolar; organizar o quadro de recursos humanos da escola com as devidas atribuições de acordo com os cargos providos; administrar os recursos humanos, materiais e financeiros da escola; zelar pelo cumprimento

do trabalho de cada docente; apresentar, anualmente, à Secretaria de Educação e comunidade escolar, a avaliação interna e externa da escola e as propostas que visem à melhoria da qualidade de ensino, bem como aceitar sugestões de melhoria; assessorar e acompanhar as atividades dos Conselhos Municipais da área da educação; oportunizar discussões e estudos de temas que envolvam o cumprimento das normas educacionais; articular com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; avaliar o desempenho dos professores sob sua direção.

Com relação ao trabalho do Supervisor Pedagógico, assegura-se assessorar a elaboração do projeto pedagógico e plano global da ação educativa escolar; coordenar a elaboração do plano curricular; elaborar o plano de ação do serviço de supervisão escolar; a partir do plano global, orientar e supervisionar atividades e diagnósticos, controle e verificação do rendimento escolar; assessorar o trabalho docente quanto a métodos e técnicas de ensino na avaliação dos alunos; assessorar a direção na tomada de decisões relativas ao desenvolvimento do plano curricular; acompanhar o desenvolvimento do trabalho escolar; elaborar e acompanhar o cronograma das atividades docentes; dinamizar o currículo da escola, assessorando a direção no processo de ajustamento do trabalho escolar às exigências do meio; coordenar conselhos de classe; analisar dados referentes à vida escolar e pessoal dos alunos com vistas a adaptações, transferências e reingressos; integrar o processo de controle das unidades escolares, atendendo direta ou indiretamente as escolas; assessorar a efetivação de mudanças no ensino e outras tarefas afins.

Ao professor compete participar do processo de planejamento e elaboração da proposta pedagógica da escola; orientar a aprendizagem dos alunos; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino; elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da escola; levantar e interpretar os dados relativos à realidade de sua classe; zelar pela aprendizagem do aluno; estabelecer os mecanismos de avaliação; organizar registros de observação dos alunos; participar de atividades extra-classe; realizar trabalho de apoio pedagógico; participar dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; atuar na escola, detectando aspectos a serem redimensionados, estimulando a participação do corpo docente na identificação de causas e na busca de alternativas e soluções; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos; colaborar com as atividades e articulação da escola com as famílias e a comunidade; integrar órgãos complementares da escola; participar da preparação,

execução e avaliação de seminários, encontros, palestras e sessões de estudo, manter-se atualizado sobre a legislação do ensino.

Aos auxiliares de Serviços Gerais, cabe executar trabalhos de limpeza e conservação em geral, bem como serviços de entrega, recebimento, confecção e atendimento, utilizando os materiais e instrumentos adequados, e rotinas previamente definidas. Efetuar a limpeza e conservação de utensílios, móveis e equipamentos em geral, para mantê-los em condições de uso; separar os materiais recicláveis para descarte (vidraria, papéis, resíduos laboratoriais); anotar e transmitir informações e recados, bem como receber, separar e entregar correspondências, papéis, jornais e outros materiais; reabastecer os banheiros com papel higiênico, toalhas e sabonetes, visando o bem estar físico, mental e social dos alunos; controlar o estoque e sugerir compras de materiais pertinentes de sua área de atuação; executar outras atividades de apoio operacional ou correlata; desenvolver suas atividades utilizando normas e procedimentos de biosegurança e/ou segurança do trabalho; zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho; executar o tratamento e descarte dos resíduos de materiais provenientes do seu local de trabalho e executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior.

O Monitor Educacional deverá atuar no Pré-Escolar Municipal Edna Costa, acolhendo, cuidando e educando crianças de 03 a 05 anos, em conformidade com o Projeto Pedagógico da unidade educacional; participar efetivamente na construção, implementação e avaliação do projeto pedagógico; promover o contato afetivo e harmonioso entre adulto e criança; criança/criança; criança/adulto; conhecer e acompanhar o desenvolvimento das crianças na forma em que vivem, seus progressos e dificuldades; subsidiar e orientar as crianças em suas atividades pedagógicas, recreativas, alimentares, higiênicas, fisiológicas e de repouso; zelar pela guarda e conservação do material de consumo da escola; executar outras tarefas da mesma natureza ou nível de complexidade; colaborar com as atividades de articulação da Escola com a família e a comunidade; articular e desenvolver trabalhos coletivos de forma cooperativa e solidária; ser assíduo e pontual nas atividades de sua função; manter em ordem seu material e registros do desenvolvimento do seu trabalho.

Partindo do pressuposto de que cada um procura cumprir sua função da melhor forma possível, no Pré-Escolar Municipal Edna Costa, todos fazem o possível para que neste ambiente prevaleça sempre uma relação de trabalho pautada no respeito, carinho, solidariedade e amizade; o que

não significa que nunca tenha conflitos, estes às vezes aparecem, mas, quando surgem procura-se resolver buscando sempre um ambiente de paz. Quando é conflito de criança com criança, criança com professor, faz-se uma conscientização, chama-se para o diálogo com reflexão, caso não resolva faz se projetos que envolva o tema em questão, se ainda assim não resolver, chama-se os pais ou responsáveis para ajudar a instituição a achar uma saída. Quando se trata de conflitos adulto com adulto (funcionários), procura-se sempre deixar claro que a escola é um ambiente de aprendizagem e que as crianças aprendem o que vivenciam, sendo assim é de responsabilidade dos adultos criarem um ambiente de respeito e paz para que todos se relacionem bem e a aprendizagem flua da melhor forma possível.

8. AVALIAÇÃO

Brincar com a criança não é perder tempo, é ganhá-lo. Se é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los enfileirados em salas sem ar, com atividades estereis sem importância alguma para a formação humana.

Drummond.

No Pré-escolar Municipal Edna Costa, a avaliação tem por finalidade verificar a adequação do desenvolvimento do aluno face aos objetivos propostos, levando-se em consideração as características da faixa etária. Procura-se utilizar a avaliação formativa que é um instrumento mediador da ação pedagógica-educativa, que possibilita diagnosticar, investigar informações que viabilizam o rendimento desta ação.

É explicitado na LDB, Lei nº 9394/96, na seção II, referente à Educação Infantil que: “(...) a avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.

A esse respeito, julga-se oportuno as seguintes considerações: Quem procura um médico está em busca de pelo ao menos duas coisas, um diagnóstico e um remédio para seus males. Se a escola existe para ensinar, de que vale uma avaliação que só confirma “a doença”, sem identificá-la ou mostrar sua cura? Assim como o médico, que ouve o relato de sintomas, examina o doente e analisa radiografias, você também tem à disposição diversos recursos que podem ajudar a diagnosticar problemas de sua turma. É preciso no entanto, prescrever o remédio. “A avaliação escolar hoje só faz sentido se tiver o intuito de buscar caminhos para a melhor aprendizagem” (Hoffmann, 2002, p 27).

É preconizado no Referencial Curricular de Educação Infantil, que a diversidade de práticas pedagógicas que caracterizam o universo da educação infantil reflete diferentes concepções quanto ao sentido e funções atribuídas ao movimento no cotidiano da pré-escola. Partindo deste pressuposto o professor do ensino infantil deve avaliar considerando as diversidades.

Portanto, percebe-se que a avaliação na Educação Infantil tem ainda a finalidade de desenvolver no aluno todos os pré-requisitos necessários para o início da aprendizagem sistemática.

Os resultados da avaliação deverão ser informados aos pais ou responsáveis, semestralmente, através de relatório de observações em face dos conteúdos desenvolvidos em cada uma das etapas da Educação Infantil. A avaliação da aprendizagem é um sistema de

verificação pela qual todos os alunos devem passar para a mensuração dos seus conhecimentos adquiridos.

A proposta do Pré-Escolar Municipal Edna Costa é que a avaliação da aprendizagem seja discutida desde o primeiro momento em que o aluno ingresse na escola, até o momento em que estiver desenvolvendo suas tarefas em sala de aula.

Avaliar será um ato feito com responsabilidade, ética e moral. Ainda neste contexto, vale pontuar que avaliar não deve ser somente medir, mas perceber uma concepção filosófica política que este universo nos remete.

Observa-se que refletir sobre o contexto da avaliação no campo do desempenho escolar, assim como o cenário da educação infantil na formação do aluno como um indivíduo voltado para a cidadania, trata-se de uma necessidade fundamental para uma prática educativa mais justa e igualitária. Isto porque acredita-se que o processo ensino-aprendizagem deve estar pautado no respeito ao educando, considerando como pressuposto seus aspectos físico, social e econômico; não podendo haver qualquer espécie de discriminação uma vez que no momento em que o aluno é valorizado em sua plenitude, poderá se efetivar a formação de cidadãos críticos e ativos no contexto social. Contudo, vale ainda apontar que a avaliação não é somente uma questão relacionada aos professores, mas à escola como um todo.

A partir destas observações, pode-se apontar que a prática educacional do Pré-Escolar Municipal Edna Costa opera como verificação, reflexão e ação educativa. Neste processo avaliativo não deixaremos de lado o foco humanitário, emocional, o conhecimento prévio do aluno; avaliaremos todos os conteúdos e ações que previamente satisfazem os padrões preestabelecidos. Pensamos numa avaliação para o crescimento do aluno, assim como para construção de sua cidadania e de sua autonomia.

Neste processo, avaliação - ensino - aprendizagem, todos os educadores passaram a ter em mente o que é avaliar e o quanto uma avaliação pode mexer com a auto-estima de um aluno, se usada de forma incorreta. Avaliar não deve ter como base a exclusão e sim a inclusão do educando, sempre pensando no ser humano como um grande potencial de grandes feitos presentes e futuros.

Em síntese, não podemos avaliar de forma qualitativa os saberes de cada aluno nas escolas, sem se dar conta do papel do educador; do pedagogo frente à avaliação, uma vez que estes lidam diretamente com o processo ensino aprendizagem.

Enfatizar o papel do educador perante o sistema avaliativo é importante, pois entendemos que tratamos com pessoas e esperamos que estas, possam contribuir para uma redefinição desta sociedade vigente. As questões avaliativas envolvem reflexões atuais, tendo em vista que já não podemos consagrar apenas modelos tradicionais a uma questão tão importante como esta. Desse modo, a compreensão do processo avaliativo no cotidiano escolar é merecedor de grande reflexão, ultrapassando a medida em seu significado.

Podemos sistematizar a avaliação na educação infantil começando a observar e compreender o dinamismo presente no desenvolvimento infantil. Pois, este é fundamental para redimensionar o fazer pedagógico. Essa compreensão influenciará diretamente na qualidade da interação dos professores com a infância.

Avaliando os alunos nesta etapa da educação, perceberemos que o conhecimento de uma criança é construído em movimento de idas e vindas, portanto, é fundamental que professores assumam seu papel de mediadores na ação educativa. Mediadores que realizam intervenções pedagógicas no acompanhamento da ação e do pensamento individualizado.

Análises e discussões periódicas sobre o trabalho pedagógico na educação infantil devem ser realizadas cotidianamente pelos professores, pais, coordenadores e comunidade escolar. Estas ações são realizadas nos encontros periódicos. Elas fornecem elementos importantes para a elaboração e re-elaboração do planejamento.

Igualmente importante é dar voz à criança. Nesse sentido, a prática de avaliar coletivamente o dia-a-dia escolar, segundo o olhar infantil, traz contribuições fundamentais e surpreendentes para o adulto educador, ao mesmo tempo que sedimenta a crença na concepção de criança cidadã.

Realizaremos observações e registros sistemáticos. Os registros deverão ser feitos no caderno de planejamento ou em fichas de observação, onde cada professor registra acontecimentos novos, conquistas e/ou mudanças de seu grupo e de determinadas crianças, dados e situações significativas acerca do trabalho realizado e interpretações sobre as próprias atitudes e sentimentos.

Sendo assim, conclui-se que avaliar é portanto apreciar qualitativamente os dados relevantes da realidade, a fim de tomar decisões sobre o que “fazer”. Os dados relevantes referem-se às várias manifestações dos educandos que incidem sobre as relações sociais e a vida humana. A apreciação qualitativa – que envolve a visão crítica – desses dados, por meio da análise cuidadosa permite uma nova tomada de decisões sobre o que deve ser feito,

portanto, fornece subsídios para um novo planejamento. O que resultará numa prática renovada que auxiliará os alunos cada vez melhor.

9. CONCLUSÃO

Diante da reconstrução do Projeto Político Pedagógico do Pré Escolar Municipal Edna Costa, constatou-se que de fato o PPP nasce e renasce do movimento de ação– reflexão-ação, que nunca está pronto e acabado. Sendo construído e vivenciado, em todos os momentos, por todos os envolvidos no processo educativo, pois, é uma ferramenta gerencial que auxilia a escola a definir suas prioridades estratégicas, a converter as prioridades em metas. Na sua re-elaboração foram mobilizados professores, alunos, pais e funcionários em torno de um grande movimento de transformação da escola, em que cada ação foi analisada e refletida, para definir melhor os próximos passos do coletivo na instituição. Delineou-se contornos mais amplos para o processo de planejar e pensar a instituição representando um primeiro momento de construção coletiva, compreendendo uma discussão ampla da concepção de escola desejada pela comunidade. Sendo assim, a busca coletiva de soluções com certeza tem transformado a escola em um espaço de diálogo e reflexão compartilhada que tem estimulado os educadores e demais funcionários a refletirem cada vez mais sobre as suas práticas.

Desta forma, a reconstrução do Projeto Político Pedagógico possibilitou à equipe do Pré-Escolar Municipal Edna Costa uma visão mais crítica e detalhada sobre a escola que tem e a escola que deseja. A partir desta visão foram traçadas metas que auxiliasse a equipe na sua função de fazer com que o aluno aprenda a desenvolver-se e a tornar-se participante ativo da comunidade, sabendo expressar amizade, amor, alegria, respeito, solidariedade, sabendo compreender e cooperar na criação de uma sociedade mais justa e humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional . Brasília, 1996

BRASIL. Lei n 8069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, Brasília: MEC/SEF, 1998.

CUNHA, A. G. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1994.

CURY, Carlo Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um Campo de Atuação do Gestor Educacional na Escola**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 20/06/2010.

DELORS, J. **Educar para o futuro**. Correio da Unesco, ano 24, Rio de Janeiro: 1996

_____. **Educação: Um Tesouro a Descobrir**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FREITAS, Dirce Neri Teixeira. **Avaliação da Educação Básica e Ação**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 12/08/2010.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar Para Promover**. 2º Ed. Porto Alegre. Editora: Mediação,2002.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 08/06/2010.

OLIVEIRA, João Ferreira de e et al. **Função social da educação e da escola**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 23/06/2010.

_____. **Níveis e modalidades da educação escolar no Brasil**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 22/06/2010.

_____. **O papel político-pedagógico do diretor**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 22/06/2010.

_____. **Organização da educação escolar no Brasil na perspectiva da gestão democrática**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 27/06/2010.

SOUZA, Ângelo Ricardo de Souza. **Avaliação como instrumento para a gestão democrática na educação.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 09/08/2010.

VEIGA, Ilma Alencastro. **Inovação e Projeto Político Pedagógico: Uma Relação Regulatória?** CAD. CEDES. Campinas,2003.